

Estruturas de mercado em oligopólio

Possas, Mario Luiz. *Estruturas de mercado em oligopólio*. São Paulo, Hucitec, 1985. 202 p.

MAURO BOIANOVSKY *

Em *The years of high theory*, Schackle cunhou a expressão “dilema de Marshall” para designar as referências que aparecem nos *Princípios* à problemática conciliação entre concorrência e rendimentos crescentes de escala. O “dilema” como tal está ausente nos atuais livros-texto de microeconomia que incorporam a curva de custo médio de longo prazo em U proposta por Pigou, e mesmo nos textos mais avançados, que formulam um equilíbrio geral não-competitivo em concorrência monopolista ou abordam a questão no âmbito das empresas públicas [cf. Arrow e Hahn (1971, Cap. 6) e Malinvaud (1972, Cap. 9)]. No texto agora publicado, Possas examina as várias contribuições teóricas na área de microeconomia à luz do “dilema”, interpretando-as como um deslocamento contínuo do método e objeto da teoria microeconômica. O tratamento não é cronológico, mas sim temático, estando os capítulos dispostos em grau progressivo de convergência para o tratamento proposto na seção final pelo autor.

No primeiro capítulo são comentadas as teorias e modelos que preservam o “preço” como objeto maior (e freqüentemente único) da microeconomia. A abordagem inicia pela “concorrência monopolista”, criticada por sua incapacidade em lograr estabelecer uma região intermediária entre a concorrência perfeita e o monopólio omitindo o oligopólio. O tratamento dispensado por Possas discrepa do usualmente encontrado em livros-texto. Isto porque exclui uma apresentação gráfica detalhada e inclui as críticas feitas por Kaldor, na época, à consistência interna da teoria (notadamente a hipótese de livre entrada) e, posteriormente, por Robinson, apontando o seu caráter estático. Redigido no estilo de um ensaio, o livro exige do leitor um contato prévio com as teorias comentadas.

Os modelos neoclássicos de oligopólio são considerados autônomos face ao “dilema de Marshall”, além de pouco articulados ao corpo da teoria

* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense e Mestrando do Departamento de Economia da PUC/RJ.

neoclássica. Em vista disso, o autor restringe os modelos de Cournot, Bertrand, etc., a uma nota de rodapé e a "Teoria dos Jogos" a meio parágrafo. Os resultados "fracos" dessas formulações são considerados como manifestação da incapacidade neoclássica de estudar a interdependência entre agentes sem gerar indeterminações problemáticas ao seu arcabouço estático.

A seguir, é feita a crítica costumeira ao "modelo de demanda quebrada" (o preço não é explicado) e introduzido entusiasticamente o "princípio do custo total". Isto é feito como desafio real à ortodoxia, uma vez que questiona o postulado da maximização de lucros e, conseqüentemente, destrona a demanda como elemento explicativo da formação de preços. A "controvérsia marginalista" que se seguiu às pesquisas empíricas que fundamentam o "princípio" é comentada rapidamente, sem relacioná-la aos textos de Friedman de 1953 e de Machlup de 1967, cruciais para a vitória do positivismo neoclássico sedimentado nos atuais livros-texto. Como argumenta recentemente Moss (1984), o postulado metodológico neoclássico de "irrelevância das hipóteses" só obteve sucesso graças ao modelo de concorrência monopolista, onde a firma, e não a indústria, é o foco de análise. Nesse sentido, a concorrência monopolista teria desempenhado mais o papel de estabelecer os fundamentos axiomáticos do que de uma ponte entre os modelos de concorrência perfeita e monopólio, de resto inexistentes em Marshall na forma como são abordados atualmente pelo marginalismo.

Possas finaliza esse capítulo discutindo o modelo de grau de monopólio de Kalecki enquanto ramificação teórica do "princípio do custo total". Saliente-se que Kalecki formula seu conceito, bem como o do "risco crescente" discutido por Possas no Capítulo 2, no contexto da controvérsia teórica que se seguiu ao artigo de Sraffa de 1926 por toda a década de 30. A simplificação de Possas implica desvincular Kalecki do "dilema de Marshall", ao qual sua teoria microeconômica busca também "responder". O modelo kaleckiano (na formulação de 1954) é criticado porque a margem bruta de lucro não reflete apenas o "poder de mercado" das firmas, mas também características técnicas da indústria (em especial as razões custos fixos/custos diretos), sendo o "grau de monopólio" uma variável-síntese e, portanto, inapropriada como elemento explicativo numa teoria de preço. O comentário insere-se no contexto dos autores que criticam o conceito de grau de monopólio porque capta elementos ligados não apenas à margem, mas sobretudo à taxa de lucro, questão que o autor voltará a comentar adiante, como veremos.

O deslocamento do preço para os procedimentos internos das firmas como objeto de estudo caracteriza as teorias agrupadas no Capítulo 2 sob o título "Oligopólio e teoria da firma". Distintamente da terminologia usual, "teoria da firma" não expressa modelos referentes ao comportamento de oferta das firmas (abordados no capítulo anterior), mas sim pretende delimitar um amplo segmento da microeconomia que privilegia a firma enquanto sistema decisório em lugar da ênfase no sistema alocativo via mercado. O autor identifica a origem dessa abordagem nos textos de

Berle e Means nos anos 30, que enfatizam a separação entre propriedade e controle nas firmas modernas e deslocam a ênfase para o problema do crescimento da firma, presente nas várias vertentes geradas a partir dos anos 50, classificadas convencionalmente como “gerenciais” e “comportamentais”.

No primeiro grupo, Possas sintetiza as contribuições de Baumol, Williamson e Marris, dedicando particular atenção a este por abordar o crescimento e os aspectos financeiros a ele associados. Critica seu método de “equilíbrio estável” e especialmente o conceito de “superambiente”, reflexo do tratamento insatisfatório da relação entre a firma e o mercado. A seguir, o autor discute os modelos comportamentais fundamentados na incerteza e complexidade das informações, concordando com seu ponto de partida mas não com seu método e resultados, dado o elevado grau de autonomia que esse ramo teórico atribui à firma face ao mercado. Dado o caráter peremptório das conclusões, a discussão é excessivamente rápida e superficial, notadamente no que se refere à concepção de “racionalidade restringida” de Simon. O mesmo se aplica à apresentação sumária de Galbraith, cuja teoria das relações de poder como substituta das relações de mercado e cujo desafio à “racionalidade estrutural” da firma são sugeridos e criticados de passagem.

O restante do capítulo discute as teorias de Penrose e Wood, não classificados nos grupos anteriores. Ambos são tratados de forma favorável, seja pela especificação dos conceitos inovadores de “firma”, “curva de crescimento”, “base tecnológica” e de uma visão schumpeteriana do processo concorrencial no caso de Penrose, seja pelo tratamento do âmbito financeiro da firma em Wood a partir do princípio kaleckiano do “risco crescente”. Esses autores não escapam, entretanto, à crítica geral de Possas ao procedimento das “teorias da firma” de resolver o irrealismo da ortodoxia marginalista através do “apelo ao empiricismo” (p. 90), ao invés de enfrentar diretamente o “dilema de Marshall”.

Deve-se ter em mente, entretanto, que o artigo de Coase (1952), uma das matrizes teóricas dessa abordagem, tenta solucionar o “dilema” ao estabelecer os limites à substituição da divisão de trabalho via mercado pela divisão de trabalho dentro da firma e responder à pergunta básica “por que existem firmas?”. O mesmo se aplica à idéia kaleckiana de que a propriedade de capital estabelece um limite ao crescimento de cada firma, pilar das teorias gerenciais de crescimento. Que estes princípios por si só não dêem conta do fenômeno do oligopólio é uma outra questão que o autor começa a responder no Capítulo 3.

Como vimos, ele não inclui as chamadas “teorias do preço-limite” de Bain e Sylos-Labini no seu primeiro capítulo. Estas são abordadas apenas quando ele inicia o tratamento das “estruturas de mercado” no Capítulo 3, pois a seu ver a teoria das “barreiras à entrada” constitui uma “alternativa teórica que abarca todo o processo de concorrência, externo e interno . . . , uma teoria de formas de concorrência em condições de oligopólio” (p. 122). Possas chega a essa conclusão após apresentar o modelo de “estrutura-conduta-desempenho”, isto é, a concepção de que o desempenho das

firmas é determinado pela conduta que estas adotaram em função da estrutura do mercado em que se situam e, particularmente, pela mensuração das barreiras à entrada através da margem de lucro.

Salienta que tais modelos se aplicam à situação de equilíbrio de longo prazo e que divergências entre a margem de lucro e a intensidade das barreiras à entrada refletem situações de desequilíbrio, isto é, de transformação na estrutura. Assim, o processo de transformação estrutural não é explicado por tais modelos, o que os impede de terem um caráter efetivamente dinâmico. O ponto fundamental na teoria das barreiras à entrada é a formulação da natureza específica do oligopólio, que deixa de ser caracterizado basicamente pelo pequeno número de concorrentes interdependentes entre si.

Um dos aspectos essenciais é como interpretar o preço nesse contexto, pois, como indicam textos como o de Scherer (1979, pp. 162-4), resta saber se o mesmo é estabelecido de modo a impedir a entrada ou é reflexão da incidência real de entrada competitiva. Em outras palavras, existe barreira porque o preço é “alto” ou o preço é alto porque existe barreira? Ao longo de várias passagens do livro (pp. 110, 122, 184) Possas opta pela segunda alternativa, como mostra a passagem da p. 184: “... os preços e margens de lucro não são causa, mas consequência do nível destas barreiras...” Esta visão é coerente com sua ênfase no fato de a teoria da barreira estabelecer a primazia dos aspectos estruturais da indústria sobre as decisões individuais das firmas e, por outro lado, converge para uma teoria da margem de lucro como “renda diferencial” (*à la* Ricardo: “o preço não é alto porque a margem é alta, mas sim esta é elevada porque o preço é alto”), coerente com a recuperação, promovida por Steindl, do conceito de margem e produtor marginal na indústria, conforme Possas irá argumentar no capítulo conclusivo.

Antes de passar ao Capítulo 4, o autor apresenta uma útil resenha da literatura sobre aspectos empíricos do modelo de “estrutura-conduta-desempenho”, destacando a inexistência de uma relação clara entre oligopolização e progresso técnico.

O capítulo final está dividido em três seções. A primeira delas é dedicada à contribuição de Steindl, qual seja, sua teoria da relação entre margem de lucro e investimento — através dos conceitos de “potencial de acumulação”, “capacidade ociosa planejada” e “custos diferenciais”. Possas recupera a perspectiva da análise steindliana, localizando-a como uma proposta para solucionar, a nível da teoria microeconômica, a questão intrinsecamente dinâmica colocada pelo “dilema de Marshall”. A “solução” implica recuperar a noção de estrutura ou organização industrial que permeia os textos marshallianos, ao invés de enveredar pela “firma representativa”, e assim estabelecer os determinantes fundamentais da estrutura oligopolista.

A restrição básica do autor à formulação steindliana é o tratamento incipiente dispensado à firma, que explicaria a crise crônica que atribui ao oligopólio concentrado. Assim como em Guimarães (1982), a teoria

de Steindl é invocada como matriz de um “corpo teórico alternativo”. Mas, enquanto em Guimarães as propostas steindlianais ocupam o lugar intermediário em uma análise recorrente (firma-indústria-firma), em Possas constituem o ponto de partida para um modelo cíclico intersectorial, como veremos.

Ao propor seu “corpo teórico alternativo”, o autor afasta de imediato a possibilidade de integrar teoricamente as teorias da firma às teorias de estrutura, dada a diversidade de objetos. Sugere em seu lugar um conceito de “concorrência” que permite apontar os elementos estruturais (“estrutura de mercado”) compostos pela “inserção” das firmas na estrutura produtiva e por suas “estratégias de concorrência” (políticas de expansão). Concorrência passa a significar um “processo de defrontação de vários capitais”, os quais são de propriedade das firmas, cuja lógica de decisões só é compreensível em meio ao mercado. Este é caracterizado em função do processo concorrencial (atributos técnicos, produtivos e de formas de competição), tendo uma estrutura à qual está associado um padrão de concorrência.

Assim, as decisões das firmas sobre lucro e acumulação são interpretadas e situadas no âmbito de “estruturas de mercado”, cada uma das quais caracterizada por mecanismos próprios de compatibilização entre lucros e investimento e por determinadas funções de investimento em expansão de capacidade produtiva. Na última seção o autor propõe uma tipologia de cinco estruturas de mercado com dinâmicas microeconômicas próprias: oligopólio concentrado, oligopólio diferenciado, oligopólio diferenciado-concentrado, oligopólio competitivo e mercados competitivos.

As seções conclusivas devem ser lidas tendo-se em mente o fato de o livro corresponder basicamente ao segundo capítulo de uma tese de doutorado. Lá, ele segue-se a uma discussão sobre a demanda efetiva (Capítulo 1) e precede um modelo de ciclos econômicos (Capítulo 3). Alguns tópicos fundamentais para a plena compreensão do Capítulo 4 do livro (conceito de concorrência, discussão da função investimento, distribuição de renda) são apresentados ao longo da tese, e sua ausência pode dificultar sobretudo o entendimento da teoria da margem de lucros proposta pelo autor. Assim, na p. 172 ele afirma que a margem tem como “limite superior” as barreiras à entrada e como “limite inferior” as restrições financeiras da firma. Tais restrições são específicas à firma, intraduzíveis em termos de estruturas de mercado, e constituem o principal elemento das teorias da firma que o autor engloba em seu “corpo teórico alternativo”.

Nesse ponto, a exposição torna-se pouco clara, pois Possas nega tanto a interpretação da teoria da barreira como uma teoria de preço, quanto a teoria de Wood, segundo a qual a margem é determinada pelos investimentos planejados pela firma. A indefinição ao longo do texto sobre qual seria sua teoria do preço fica clara nas pp. 111 e 112, quando relaciona vários itens capazes de influenciar a decisão de preço da firma. Essa indeterminação não ocorre no Capítulo 3 da tese, onde, após

distinguir *fix-price* e *flex-price*, utiliza o modelo kaleckiano de grau de monopólio para estabelecer a distribuição de renda na economia, função básica de uma teoria do preço ou da margem.

Naquele mesmo capítulo da tese ele deduz as equações de investimento, as quais infelizmente são apenas sugeridas no livro, bem como a equação de restrição financeira, para afirmar: “o nível de vendas e produção programado em função da estratégia da expansão da empresa, condicionada pelas características da estrutura do mercado, determina, *ao mesmo tempo*, o investimento necessário para adequar, a partir do fim do período de investimento subsequente, a capacidade produtiva ao crescimento previsto das vendas para o período em que ela deverá estar ativada, e o montante de lucros que poderá financiá-lo no período imediato, *dadas as condições* de mercado nas quais se prevê que eles venham a ser auferidos . . . Na concepção que apresentei, os lucros e o investimento não são variáveis dependentes, mas *interdependentes*, ambas explicadas pelas condições particulares do mercado, que gerou um crescimento desejado a um lucro possível; a restrição financeira não cumpre aqui outro papel que não o de *restrição* — vale dizer, eventual e não determinante” [Possas (1983, Cap. III, pp. 301-3, grifos do autor)].

A relação existente entre margem, investimento e barreiras ficaria mais clara se o autor distinguisse, conforme Robinson e Eatwell (1973, Cap. 6 do Livro II) e Cowling (1981), a margem bruta e a margem líquida de lucro, desta excluindo os custos fixos e indiretos. Dessa forma, enquanto a margem bruta é determinada pela política de preços das firmas através de uma interpretação apropriada do grau de monopólio — definido em função do grau de concentração industrial, grau de colusão e elasticidade da demanda, como em Cowling e em Robinson e Eatwell, ou por “fatores institucionais”, como em Reynolds (1983) —, a margem líquida depende dos custos dos investimentos em manutenção de barreiras à entrada. Assim, o processo de investimento estaria diretamente ligado à formação das barreiras, condição necessária para a permanência de margens elevadas de lucro ao impedir a entrada.

Essa interpretação é coerente com a exposição a respeito da concorrência feita por Possas (1983, Cap. III, pp. 147-69), onde é argumentado que o oligopólio significa uma concorrência mais intensa não porque a mobilidade do capital tenha aumentado, mas sim porque a barreira à entrada é uma “fronteira entre mercados” (p. 161) que estimula a concorrência através do processo de investimento das firmas, uma concepção que, segundo o autor, procura conciliar Steindl e Schumpeter. Esse argumento indica claramente a relação entre investimentos e barreiras à entrada e, ao mesmo tempo, elucida a passagem na p. 178 do livro (onde associa a “taxa de lucro” a cada firma em particular e não ao comportamento do mercado, dada a sua dependência da relação capital/produto), permitindo, ainda, que seja mantido o conceito de estrutura de mercado como unidade básica de análise capaz de definir as decisões de quantidade (através de suas políticas de investimento) e de preço (através do grau de monopólio) das firmas.

A relação íntima entre modelos *fix-price* e processos de investimento ficou clara desde a formulação original de Hicks (1965, Caps. VII a XI), em que a expectativa de demanda é crucial para definir, inicialmente, o equilíbrio de estoques característicos desses mercados e, depois, o fluxo de investimento desejado. Por outro lado, a expectativa de vendas é também fundamental em sistemas com economias de escala, pois deve haver demanda para o produto em expansão, como enfatiza Kaldor (1978). Desse modo, não é um fato surpreendente o “corpo teórico alternativo” de Possas desembocar numa teoria da concorrência através do investimento, com relações cíclicas típicas de modelos de acelerador, que fornecem a “solução de equilíbrio geral” (macroeconômica) do corpo microeconômico. A função precípua do livro (Capítulo II da tese) é produzir a base microeconômica de seu modelo cíclico, no qual as “indústrias” são os setores da economia [cf. Possas (1984)]. Uma vez definido o objeto e o método da microeconomia, torna-se necessário buscar os elementos que o autor considera “complementares” ao seu próprio livro (p. 10): as teorias dos componentes endógenos das estruturas de mercado. Uma das disponíveis na praça é a de Nelson e Winter (1982), que procura integrar Simon e Schumpeter numa “teoria evolucionista” em que o mercado opera selecionando as firmas mais dinâmicas. Tem-se, assim, uma confluência doutrinária com a proposta de Possas, pois o retorno a Marshall é comum a ambas. Tal “retorno” significa privilegiar o caráter empírico-testável das hipóteses, fugindo ao positivismo neoclássico [cf. Moss (1984)], talvez o único caminho disponível para se construir uma teoria microeconômica distinta.

Como afirma o insuspeito Blaug (1980), a teoria da firma em desequilíbrio é a alternativa que se coloca ao paradigma neoclássico de maximização sob certeza. O livro de Possas, congregado a outros textos seus, é uma contribuição importante nesse sentido.

Bibliografia

- ARROW, K. J., e HAHN, F. H. *General competitive analysis*. São Francisco, Holden-Day, 1971.
- BLAUG, M. The theory of the firm. In: *The methodology of economics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980.
- COASE, R. H. The nature of the firm. In: STIGLER, G. J., e BOULDING, K. F., eds. *Readings in price theory*. Chicago, R. D. Irwin, 1952. [Publicado originalmente em *Economica*, N. S., 1937.]
- COWLING, K. Oligopoly, distribution and the rate of profit. *European Economic Review*, 15 (2), 1981.

- GUIMARÃES, E. A. A. *Acumulação e crescimento da firma – um estudo de organização industrial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- HICKS, J. *Capital and growth*. New York e Oxford, Oxford University Press, 1965.
- KALDOR, N. *The irrelevance of equilibrium economics*. Collected Economic Essays, 5. New York, Holmes and Meier, 1978. [Publicado originalmente em *Economic Journal*, 1972.]
- MALINVAUD, E. *Lectures on microeconomic theory*. Amsterdam e Londres, North-Holland, 1972.
- MOSS, S. A history of the theory of the firm from Marshall to Robinson and Chamberlain: the source of positivism in economics. *Economica*, Londres, 51 (203):307-18, ago. 1984.
- NEISON, R. R., e WINTER, S. G. *An evolutionary theory of economic change*. Harvard University Press, 1982.
- POSSAS, M. L. *Dinâmica e ciclo econômico em oligopólio*. Mimeo. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 1983.
- . Um modelo dinâmico multissetorial. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 14 (2):477-524, ago. 1984.
- REYNOLDS, R. J. Kalecki's degree of monopoly. *Journal of Post-Keynesian Economics*, White Plains, 5 (3):493-502, 1983.
- ROBINSON, J., e EATWELL, J. *An introduction to modern economics*. Berkshire, McGraw-Hill, 1973.
- SCHERER, S. M. *Preços industriais – teoria e evidência*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Índice do volume 15, 1985

ARTIGOS E RESENHAS (por ordem de paginação)

Salários, preços e câmbio: os multiplicadores dos choques numa economia indexada	<i>Eduardo M. Modiano</i>	1
Reflexões sobre o dilema entre inflação e crescimento econômico na década de 80	<i>Cláudio R. Contador</i>	33
Balança comercial, preços relativos e a relação câmbio/salário no Brasil: 1973/83 ...	<i>Helson C. Braga, Flávio Castelo Branco e Pedro S. Malan</i>	73
Sistemas alternativos de indexação salarial: uma análise teórica ...	<i>Francisco Lafaiete Lopes</i>	107
Efeitos macroeconômicos de uma redistribuição de renda: um estudo para o Brasil	<i>Ronaldo Lamounier Locatelli</i>	139
Modernização da agricultura e distribuição de renda no Brasil ...	<i>Rodolfo Hoffmann e Angela A. Kageyama</i>	171
Uma avaliação econômica dos impactos ambientais decorrentes da produção de carvão mineral	<i>Sérgio Margulis</i>	209
Notas sobre uma nova decomposição do índice de Gini	<i>José W. Rossi</i>	241
Structuralist macroeconomics, de Lance Taylor (Resenha)	<i>Edmar L. Bacha</i>	249
Dangerous currents. The state of economics, de Lester C. Thurow (Resenha)	<i>Clóvis Cavalcanti</i>	255
Contabilidade dos choques externos: o caso da América Latina — 1978/82	<i>Edmar L. Bacha</i>	261
O programa brasileiro de estabilização: 1980/84	<i>Gustavo Maia Gomes</i>	277
Reforma institucional, finanças públicas e controle dos gastos governamentais	<i>Fernando Rezende e Sulamis Dain</i>	307

Impactos antiinflacionários dos controles de salários e preços: 1964/68	<i>Fernando Maida Dall'Acqua</i>	325
Características tecnológicas do setor industrial exportador	<i>João Luiz Mascolo e Helson C. Braga</i>	339
Investimento na indústria de transformação no Brasil: 1869/1939 — uma visão geral	<i>Wilson Suzigan</i>	369
Uma nota sobre a política fiscal durante os anos 30	<i>Gustavo H. B. Franco</i>	401
As possibilidades das empresas nacionais: o caso da indústria de cimento	<i>Victor Prochnik</i>	419
A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil: uma nota	<i>João L. M. Saboia e Ricardo M. L. Tolipan</i>	447
“Preços e distribuição em Sraffa: uma reconsideração” — comentários	<i>Fábio Anderaos de Araujo</i>	457
“Preços e distribuição em Sraffa: uma reconsideração” — réplica	<i>Mário Luiz Possas</i>	463
A economia do século XXI, de Herman Daly (Resenha)	<i>Clóvis Cavalcanti</i>	467
Macroeconomics, de Robert J. Barro (Resenha)	<i>José W. Rossi</i>	473
Efeitos das políticas econômicas dos países da OCDE sobre os países subdesenvolvidos não-exportadores de petróleo: uma resenha	<i>Rudiger Dornbusch</i>	481
O repasse gradual: da inflação passada aos preços futuros	<i>Eduardo M. Modiano</i>	513
A questão energética e a economia brasileira: experiência recente e perspectivas	<i>Lauro R. A. Ramos e Milton da Mata</i>	537
Notas sobre o conceito apropriado de <i>deficit</i> público real	<i>José W. Rossi</i>	567
Subsídios implícitos nos créditos oficiais à exportação: quantificação e avaliação	<i>Renato Baumann e Helson C. Braga</i>	575
Café e câmbio no Brasil: 1890/1906 ...	<i>Maria Teresa R. O. Versiani</i>	597
Estudo comparativo do desempenho das empresas estrangeiras e nacionais no Brasil	<i>Larry N. Willmore</i>	615

A microeletrônica: suas implicações sobre o emprego e o salário	<i>Hubert Schmitz</i>	639
A difusão de máquinas-ferramenta com controle numérico no Brasil	<i>José Ricardo Tauile</i>	681
Aspectos do financiamento do setor siderúrgico no Brasil	<i>Marcos E. Silva, Carlos Roberto Azzoni, Maria L. R. Filardo e Carlos A. P. Braga</i>	705
A economia brasileira ao alcance de todos, de Eliana Cardoso (Resenha)	<i>Flávio R. Versiani</i>	743
Estruturas de mercado em oligopólio, de Mario Luiz Possas (Re- senha)	<i>Mauro Boianovsky</i>	747

AUTORES (por ordem alfabética)

<i>ARAUJO, Fábio Anderaos de.</i> "Preços e distribuição em Sraffa: uma reconsideração" — comentários		457
<i>AZZONI, Carlos Roberto.</i> Aspectos do financiamento do setor side- rúrgico no Brasil		705
<i>BACHA, Edmar L.</i>		249
<i>BACHA, Edmar L.</i> Contabilidade dos choques externos: o caso da América Latina — 1978/82		261
<i>BARRO, Robert J.</i> Macroeconomics (Resenha)		473
<i>BAUMANN, Renato.</i> Subsídios implícitos nos créditos oficiais à exportação: quantificação e avaliação		575
<i>BOIANOVSKY, Mauro</i>		747
<i>BRAGA, Carlos A. P.</i> Aspectos do financiamento do setor siderúrgico no Brasil		705
<i>BRAGA, Helson C.</i> Balança comercial, preços relativos e a relação câmbio/salário no Brasil: 1973/83		73
<i>BRAGA, Helson C.</i> Características tecnológicas do setor industrial exportador		339

<i>BRAGA, Helson C.</i> Subsídios implícitos nos créditos oficiais à exportação: quantificação e avaliação	575
<i>CARDOSO, Eliana.</i> A economia brasileira ao alcance de todos (Resenha)	743
<i>CASTELO BRANCO, Flávio.</i> Balança comercial, preços relativos e a relação câmbio/salário no Brasil: 1973/83	73
<i>CAVALCANTI, Clóvis</i>	255
<i>CAVALCANTI, Clóvis</i>	467
<i>CONTADOR, Cláudio R.</i> Reflexões sobre o dilema entre inflação e crescimento econômico na década de 80	33
<i>DAIN, Sulamis.</i> Reforma institucional, finanças públicas e controle dos gastos governamentais	307
<i>DALL'ACQUA, Fernando Maida.</i> Impactos antiinflacionários dos controles de salários e preços: 1964/68	325
<i>DALY, Herman.</i> A economia do século XXI (Resenha)	467
<i>DA MATA, Milton.</i> A questão energética e a economia brasileira: experiência recente e perspectivas	537
<i>DORNBUSCH, Rudiger.</i> Efeitos das políticas econômicas dos países da OCDE sobre os países subdesenvolvidos não-exportadores de petróleo: uma resenha	481
<i>FILARDO, Maria L. R.</i> Aspectos do financiamento do setor siderúrgico no Brasil	705
<i>FRANCO, Gustavo H. B.</i> Uma nota sobre a política fiscal durante os anos 30	401
<i>GOMES, Gustavo Maia.</i> Ver <i>MAIA GOMES, Gustavo.</i>	
<i>HOFFMANN, Rodolfo.</i> Modernização da agricultura e distribuição de renda no Brasil	171
<i>KAGEYAMA, Angela A.</i> Modernização da agricultura e distribuição de renda no Brasil	171
<i>LOCATELLI, Ronaldo Lamounier.</i> Efeitos macroeconômicos de uma redistribuição de renda: um estudo para o Brasil	139
<i>LOPES, Francisco Lafaiete.</i> Sistemas alternativos de indexação salarial: uma análise teórica	107

<i>MAIA GOMES, Gustavo.</i> O programa brasileiro de estabilização: 1980/84	277
<i>MALAN, Pedro S.</i> Balança comercial, preços relativos e a relação câmbio/salário no Brasil: 1973/83	73
<i>MARGULIS, Sérgio.</i> Uma avaliação econômica dos impactos ambientais decorrentes da produção de carvão mineral	209
<i>MASCOLO, João Luiz.</i> Características tecnológicas do setor industrial exportador	339
<i>MATA, Milton da.</i> Ver <i>DA MATA, Milton.</i>	
<i>MODIANO, Eduardo M.</i> Salários, preços e câmbio: os multiplicadores dos choques numa economia indexada	I
<i>MODIANO, Eduardo M.</i> O repasse gradual: da inflação passada aos preços futuros	513
<i>POSSAS, Mario Luiz.</i> Estruturas de mercado em oligopólio (Resenha)	747
<i>POSSAS, Mario Luiz.</i> "Preços e distribuição em Sraffa: uma reconsideração" — réplica	463
<i>PROCHNIK, Victor.</i> As possibilidades das empresas nacionais: o caso da indústria de cimento	419
<i>RAMOS, Lauro R. A.</i> A questão energética e a economia brasileira: experiência recente e perspectivas	537
<i>REZENDE, Fernando.</i> Reforma institucional, finanças públicas e controle dos gastos governamentais	307
<i>ROSSI, José W.</i> Notas sobre uma nova decomposição do índice de Gini	241
<i>ROSSI, José W.</i>	473
<i>ROSSI, José W.</i> Notas sobre o conceito apropriado de <i>deficit</i> público real	567
<i>SABOIA, João L. M.</i> A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil: uma nota	447
<i>SCHMITZ, Hubert.</i> A microeletrônica: suas implicações sobre o emprego e o salário	639

<i>SILVA, Marcos E.</i> Aspectos do financiamento do setor siderúrgico no Brasil	705
<i>SUZIGAN, Wilson.</i> Investimento na indústria de transformação no Brasil: 1869/1939 – uma visão geral	369
<i>TAUILE, José Ricardo.</i> A difusão de máquinas-ferramenta com controle numérico no Brasil	681
<i>TAYLOR, Lance.</i> Structuralist macroeconomics (Resenha)	249
<i>THUROW, Lester C.</i> Dangerous currents. The state of economics (Resenha)	255
<i>TOLIPAN, Ricardo M. L.</i> A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil: uma nota ..	447
<i>VERSIANI, Flávio R.</i>	743
<i>VERSIANI, Maria Teresa R. O.</i> Café e câmbio no Brasil: 1890/1906	597
<i>WILLMORE, Larry N.</i> Estudo comparativo do desempenho das empresas estrangeiras e nacionais no Brasil	615

Pesquisa e planejamento econômico. v. 1 —

n. 1 — jun. 1971 — Rio de Janeiro,
Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1971 —

v. — quadrimestral

Título anterior: Pesquisa e Planejamento v. 1, n. 1 e 2, 1971.
Periodicidade anterior. Semestral de 1971-1975.

1. Economia — Pesquisa — Periódicos. 2. Planejamento
Econômico — Brasil. I. Brasil. Instituto de Planejamento Eco-
nômico e Social.



CDD 330.05

CDU 33(81) (05)

NOTA AOS COLABORADORES DE
PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO

1. A revista só aceita matérias inéditas, tanto no País como no exterior.
2. O autor deve enviar duas cópias do trabalho, as quais não serão devolvidas, sendo que a revista só se responsabiliza pelas colaborações diretamente endereçadas ao Editor-Chefe.
3. As colaborações não são remuneradas. Cada autor receberá, sem qualquer ônus, 20 (vinte) separatas do seu próprio trabalho e 3 (três) exemplares do número completo da revista em que saiu publicado.
4. A revista aceita originais em inglês, francês e espanhol e encarrega-se de sua versão para o português. Se a tradução da matéria não for revista pelo autor, ao sair publicada será feita a ressalva: "Tradução não revista pelo autor". No caso de autores brasileiros, somente em última instância a revista encarrega-se da tradução para o português de artigos apresentados em língua estrangeira. Os trabalhos, no entanto, serão avaliados para publicação na língua original.
5. O trabalho deve ser datilografado em espaço dois, com margem de 3 a 4 cm à esquerda, bem como na parte superior e inferior de cada lauda, não podendo haver rasuras ou emendas que dificultem a leitura e a compreensão do texto.
6. Cada trabalho deverá vir acompanhado por um resumo de cerca de 100 palavras que permita uma visão global e antecipada do assunto tratado.
7. A nitidez é requisito indispensável, principalmente no caso de Gráficos, Mapas e Tabelas. Se houver necessidade, a própria revista providenciará a redução dos mesmos.
8. As fórmulas matemáticas devem ser datilografadas no próprio texto, com clareza, não podendo oferecer dupla interpretação (ex.: não confundir o algarismo 1 com a letra l). Quando incluir número significativo de expressões matemáticas, o trabalho deverá ser acompanhado de relação que discrimine e descreva pormenorizadamente as variáveis envolvidas, de forma a permitir sua conversão para uma notação gráfica padronizada (esta relação, a ser encaminhada em folha separada, não será publicada). Quando deduções de fórmulas tiverem sido abreviadas, o autor deverá apresentar a derivação completa em folha separada (que também não será publicada).
9. As indicações bibliográficas no próprio texto ou em notas de pé de página deverão obedecer, como exemplo, à forma "Hicks (1939)" ou "Hicks (1939, pp. 36-7)". A referência completa deverá ser apresentada **no fim do artigo**, em ordem alfabética, contendo: no caso de livros — autor(es), título completo, nome e número da série ou coleção (se houver), edição, local, editora, ano da publicação; e, no caso de artigos de periódicos — autor(es), título completo do artigo, título completo do periódico, local, número e volume, número das páginas, mês e ano da publicação.

Exemplos:

HICKS, J. H. **Value and capital**. Oxford, Clarendon Press, 1974.

HICKS, J. H. Mr. Keynes and the "classics": a suggested interpretation. **Econometrica**, 5(3):147-55, abr. 1937.

HICKS, J. H. Ricardo's theory of distribution. In: PESTON, M., e CONY, B., eds. **Essays in honour of Lord Robbins**. Londres, Weidelfeld, 1972.